RELATÓRIO DE MADAGASCAR SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS RESOLUÇÕES DO FP DA SADC

Referindo-se às Resoluções da 58ª Assembleia Plenária do FP-SADC, realizada em Durban, de 29 de Novembro a 6 de Dezembro de 2025, bem como aos Protocolos da SADC, a tabela abaixo apresenta brevemente o progresso de Madagáscar em termos da sua implementação ao nível de cada Comissão Permanente:

COMISSÃO DEMOCRATIZAÇÃO, GOVERNANÇA E DIREITOS HUMANOS **(DGHR)**	Madagáscar reafirma o seu compromisso com os objectivos da SADC e com as resoluções adoptadas durante a 58ª Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC, particularmente em termos de boa governação, integração regional, igualdade de género, paz e segurança. No que diz respeito ao **Protocolo da SADC contra a Corrupção de 2001**, embora a sua ratificação ainda não tenha ocorrido, vários dos seus princípios já estão integrados na legislação nacional através da **Lei n.º 2016-020**, **de 22 de Agosto de 2016**, sobre o combate à corrupção. Instituições especializadas como o BIANCO, o Centro Anticorrupção e o SAMIFIN contribuem para reforçar a transparência, a responsabilização e a prevenção de práticas corruptas. No que diz respeito ao **Protocolo sobre cooperação em política, defesa e segurança**, Madagáscar já aplica os princípios da paz, estabilidade e respeito pelo Estado de direito. O país aderiu ao Pacto de Defesa Mútua da SADC através da **Lei n.º 2016-020, de 22 de Agosto de 2016** e participa activamente na cooperação regional e nos mecanismos de prevenção de conflitos. Em termos de governação democrática, Madagáscar continua a implementação dos **Princípios e Directrizes da SADC que regem as eleições democráticas** através da **Lei Orgânica n.º 2018-008, de 11 de Maio de 2018**, relativa ao regime geral de eleições e referendos. Além disso, de acordo com as resoluções da 58ª Assembleia Plenária, o país continua a promover a igualdade entre

	mulheres e homens, o empoderamento das mulheres, a protecção dos jovens e o reforço da resiliência aos efeitos das alterações climáticas. Finalmente, o Parlamento malgaxe continua totalmente empenhado na integração regional e na harmonização progressiva do quadro legislativo nacional com os instrumentos da SADC, a fim de contribuir para uma região mais estável, mais inclusiva e mais próspera.
COMISSÃO DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, PROGRAMAS ESPECIAIS **(HSDSP)**	Desde Janeiro de 2026, Madagáscar tem continuado os seus esforços nas áreas da saúde, emprego e protecção social, de acordo com as directrizes da SADC e as resoluções da 58ª Assembleia Plenária. Dois avanços merecem destaque. Em primeiro lugar, a implementação do novo Código do Trabalho, que dá especial atenção à segurança e à saúde no trabalho, especialmente para as mulheres e os jovens trabalhadores. Em segundo lugar, o reforço dos mecanismos de protecção social e o combate ao trabalho infantil, num contexto marcado pelos efeitos recorrentes das alterações climáticas em diversas regiões do país. A nível parlamentar, nenhuma nova lei diretamente abrangida pelo mandato da Comissão HSDSP foi adotada desde janeiro de 2026. No entanto, o trabalho de harmonização continua a nível dos ministérios competentes, a fim de garantir a consistência do quadro nacional com as orientações regionais. Madagáscar adoptou **a Lei n.º 2006-009, de 10 de Agosto de 2006, que** autoriza a adesão ao **Protocolo de Saúde da SADC de 1999**. A Estratégia Regional sobre Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos 2019-2030 também continua a orientar as políticas nacionais. Embora o Protocolo sobre Emprego e Trabalho ainda não tenha sido ratificado, várias disposições do novo Código do Trabalho já reflectem padrões regionais nesta área. Além disso, o país dispõe de um quadro jurídico sólido, nomeadamente através da **Lei n.º 2017-043, de 25 de Janeiro de 2018**, sobre Saúde Reprodutiva e Planeamento Familiar, **da Lei n.º 2019-008, de 16 de Janeiro de 2020,** relativa à luta contra a Violência Baseada no Género e das disposições legais que estabelecem a idade mínima de casamento aos 18 anos para ambos os sexos. Em conclusão, Madagáscar apresenta um elevado nível de conformidade com as orientações da Comissão HSDSP. O principal desafio continua a ser a implementação eficaz dos textos existentes. A Assembleia Nacional pretende assim reforçar o seu papel de fiscalização para garantir a aplicação concreta das políticas públicas em benefício da população.
COMISSÃO IGUALDADE DE GÉNERO E	Desde Janeiro de 2026, o Parlamento de Madagáscar tem continuado os seus esforços em favor da igualdade entre mulheres e homens, o empoderamento das mulheres e o desenvolvimento da juventude, de acordo com os

DESENVOLVIMENTO DA JUVENTUDE **(GEWAYD)**	compromissos da SADC. Como parte do reforço das suas capacidades institucionais, os parlamentares participaram em várias iniciativas dedicadas à migração, aos direitos humanos, à saúde sexual e reprodutiva, bem como à orçamentação sensível ao género. Estas atividades permitiram melhorar as competências parlamentares em termos de controlo orçamental, de financiamento da saúde e de ter em conta as necessidades específicas das mulheres e dos jovens nas políticas públicas. No plano legislativo, a Assembleia Nacional adotou a reforma da lei relativa às garantias. Este avanço contribui para melhorar o acesso ao financiamento, nomeadamente para as pequenas e médias empresas dirigidas por mulheres, promovendo assim o seu empoderamento económico. O Parlamento malgaxe também reforçou a sua participação nos espaços de diálogo internacional. Na verdade, em Março, dois deputados representaram Madagáscar na Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto da Mulher CSW70. A sua participação permitiu partilhar experiências nacionais, reforçar parcerias internacionais e promover iniciativas que promovam a igualdade entre mulheres e homens, bem como o empoderamento económico das mulheres. Além disso, o Parlamento apoiou diversas atividades organizadas por ocasião do Mês da Mulher e a favor dos jovens, em particular para promover os direitos das raparigas, a participação das mulheres jovens na tomada de decisões e a luta contra o casamento precoce. No âmbito da sua missão de monitorização, uma missão parlamentar realizada na região de Atsimo-Andrefana permitiu identificar os principais obstáculos ao acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva e orientar futuras ações de advocacia e monitorização. Madagáscar também continua as consultas com vista à ratificação do Protocolo revisto da SADC sobre Género e Desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o país continua a promover a liderança juvenil, nomeadamente através do acolhimento da reunião do Parlamento Regional da Juventude da Oceânia Índica, dedicada à governação, ao desenvolvimento sustentável e à participação dos cidadãos. Estas conquistas demonstram o compromisso constante do Parlamento de Madagáscar em promover a igualdade de género, o empoderamento das mulheres, a participação dos jovens e o fortalecimento da governação democrática, de acordo com as directrizes da SADC.
COMISSÃO **COMÉRCIO, INDÚSTRIA, FINANÇAS E**	A República de Madagáscar reafirma o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, a protecção ambiental, a luta contra as alterações climáticas e a transição energética, em conformidade com os objectivos da SADC, a Agenda

INVESTIMENTOS **(TIFI)**	2063 da União Africana, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris. Como parte da implementação do Protocolo da SADC sobre Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, Madagáscar reforçou o seu quadro jurídico e institucional. A Carta Ambiental continua a ser a base da política ambiental nacional, enquanto as reformas recentes tornaram possível modernizar os procedimentos de avaliação ambiental e social. O país também continua os seus esforços na gestão sustentável dos recursos naturais, na protecção da biodiversidade e na conservação dos recursos florestais. Confrontado com os efeitos crescentes das alterações climáticas, Madagáscar actualizou a sua Contribuição Nacionalmente Determinada ao abrigo do Acordo de Paris e continua a implementação do seu Plano Nacional de Adaptação. As acções empreendidas dizem especialmente respeito à agricultura, aos recursos hídricos, à saúde, às infra-estruturas, à gestão de catástrofes e à protecção das zonas costeiras. O trabalho preparatório para o futuro CDN 3.0 visa também reforçar a integração das questões de género, juventude, segurança alimentar e economia azul. A transição para uma economia verde é outra prioridade nacional. Para tal, Madagáscar promove o orçamento verde, os investimentos sustentáveis, a restauração das paisagens florestais, a economia circular e o combate à poluição plástica, de forma a conciliar o desenvolvimento económico e a preservação ambiental. No setor energético, o Pacto Nacional para a Energia 2025-2030 visa aumentar significativamente o acesso à eletricidade, promovendo simultaneamente o desenvolvimento de energias renováveis e soluções energéticas limpas. Madagáscar também participa em iniciativas regionais da SADC relacionadas com a eficiência energética e a transição energética. A Assembleia Nacional apoia estes esforços através do exercício das suas missões legislativas e do controlo da acção governamental, bem como através da sensibilização para as questões ambientais e climáticas. Nesta dinâmica, adoptou, em 2 de Setembro de 2026, o projecto de lei que autoriza a ratificação do Protocolo sobre Finanças e Investimento da SADC, assinado por Madagáscar em 2006. Esta adopção constitui um passo importante para a ratificação do referido Protocolo e demonstra o compromisso da Assembleia Nacional em contribuir para a harmonização do quadro jurídico nacional com os compromissos regionais, particularmente em termos de cooperação financeira e investimento no âmbito da SADC. Madagáscar pretende continuar a reforçar as suas parcerias e acelerar os investimentos a favor da adaptação, da resiliência e das energias renováveis. Em conclusão, Madagáscar continua totalmente empenhado na implementação dos instrumentos da SADC relacionados

	com o ambiente, as alterações climáticas, a economia verde e a energia, a fim de promover o desenvolvimento sustentável, inclusivo e resiliente.
COMISSÃO ALIMENTAÇÃO, AGRICULTURA, RECURSOS NATURAIS E AÇÃO CLIMÁTICA **(FANRCA)**	Madagáscar evolui hoje num contexto institucional renovado, marcado pela Refundação da República e pela Política Geral do Estado para a Refundação. Esta dinâmica visa reforçar a boa governação, restaurar a confiança dos cidadãos e acelerar a implementação de políticas públicas que respondam às prioridades nacionais. Neste contexto, foram feitos vários avanços importantes em relação aos instrumentos regionais examinados durante a 58ª Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC. **Em primeiro lugar,** na área do ambiente, Madagáscar consolidou o seu quadro jurídico através da actualização da Carta Ambiental, da implementação da Política Ambiental Nacional para o desenvolvimento sustentável e da adopção de um novo sistema relativo à avaliação ambiental e social. Estas reformas permitem regular melhor os investimentos, reforçar a participação das partes interessadas e garantir uma gestão mais sustentável dos recursos naturais. **Em segundo lugar**, em termos de alterações climáticas, Madagáscar actualizou a sua Contribuição Nacionalmente Determinada e continua os seus esforços de adaptação face aos efeitos crescentes das alterações climáticas. O país está empenhado em reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa, reforçar os seus sumidouros de carbono e integrar ainda mais as questões de género, juventude, segurança alimentar e economia azul nas suas futuras políticas climáticas. **Terceiro**, no que diz respeito à economia verde, Madagáscar está a fazer progressos na integração de considerações ambientais na gestão das finanças públicas, especialmente através da introdução de um orçamento verde. Estão também a ser levadas a cabo iniciativas para reforçar a governação do carbono florestal, promover a economia circular e combater a poluição plástica. **Em quarto** lugar, no sector da energia, Madagáscar estabeleceu objectivos ambiciosos que visam melhorar significativamente o acesso à electricidade e a soluções de cozinha limpa até 2030. Vários projectos estruturantes estão em curso para reduzir a pressão sobre os recursos florestais, melhorar as condições de vida das famílias e promover as energias renováveis. A assinatura do Memorando de Entendimento relativo ao Centro de Energias Renováveis e Eficiência Energética da SADC também demonstra o compromisso do país com a cooperação regional. Em conclusão, Madagáscar reafirma o seu desejo de traduzir os compromissos regionais em acções nacionais concretas. O Parlamento malgaxe continuará a desempenhar plenamente o seu papel de legislador, de controlo da acção governamental e de promoção da responsabilização em questões ambientais, climáticas e energéticas.

Antananarivo, 4 de novembro de 2026
A Secretária-Geral
Assinado
FANDRO Diana